



PROCESSO N° TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

A. C Ó R D Ã O
(SDC)
GMMGD/vd/ls/mas

DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO AMAPÁ. PROCESSO ANTERIOR À LEI 13.467/2017. 1. MOVIMENTO CONDUZIDO POR PEQUENO GRUPO DE TRABALHADORES NO AMBIENTE DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO SIGNIFICATIVA DO ATO. MERO PROTESTO. NÃO ENQUADRAMENTO COMO EFETIVA GREVE. A figura paredista tem traços característicos destacados. Trata-se, essencialmente, do caráter coletivo do movimento; da suspensão provisória de atividades laborativas, total ou parcial, como núcleo desse movimento, embora, às vezes, associada a atos positivos concertados; do exercício direto de coerção, que representa; dos objetivos profissionais ou extraprofissionais a que serve; do enquadramento variável de seu prazo de duração (regra geral, suspensão contratual, podendo, entretanto, convolar-se em interrupção). A correta definição do conceito de greve é importante para o enquadramento de situações concretas, de modo a lhes atribuir os efeitos jurídicos pertinentes, sejam as prerrogativas e proteções que os trabalhadores e empregadores recebem do Direito, sejam os seus respectivos deveres. Nada obstante, há figuras próximas ou associadas à greve, que, ainda que consistam atos de resistência ou protesto em face da insatisfação com condições ou questões relacionadas ao contrato de trabalho, não traduzem efetivo movimento grevista. Assim, certos movimentos de pressão de trabalhadores, por não representarem efetiva ruptura do processo produtivo da atividade econômica, ou por não



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

causarem repercussão significativa na comunidade laboral, não podem ser qualificados como greve - sob pena de banalização do instituto e da própria instrumentalização judicial pertinente (o dissídio de greve e as ferramentas processuais inerentes). Exemplos dessas situações são a "operação tartaruga e/ou excesso de zelo" e as "reuniões setoriais" no ambiente de trabalho, utilizadas como forma de pressão para reivindicação imediata ou ameaça para futuro movimento mais amplo, bem como alerta ao empregador em contextos de descumprimentos pontuais de obrigações patronais, sem consequências diretas graves. Na situação vertente, trata-se de dissídio coletivo de greve ajuizado pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas para análise de movimento conduzido por um grupo de empregados da Empresa Via Verde Transportes Coletivos LTDA., uma das concessionárias de transporte público da cidade de Manaus, que supostamente causou uma pequena paralisação parcial das atividades empresariais, especificamente nos terminais situados nos bairros de Vila Marinho e Augusto Montenegro, no dia 03/08/2017. O Tribunal Regional admitiu o dissídio coletivo de greve e, no mérito, julgou improcedente a presente ação, registrando que o Sindicato Suscitante não se desincumbiu do ônus "de comprovar que a alegada paralisação dos trabalhadores, ocorrida no dia 3 de agosto de 2017, possa ser caracterizada como ato de greve" e, ainda, que essa inatividade de trabalhadores foi "apenas (...) uma manifestação isolada" e, por essa razão, "não pode ser avaliada sob a ótica da Lei de Greve". Após a análise do material probatório juntado aos autos, verifica-se que, de

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/validador> sob código 1003993D42B0C107AA.



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

fato, não se pode qualificar o referido movimento como efetiva greve. A esse respeito, nota-se que o evento em análise ocorreu de maneira espontânea e imprevista, dele participaram pouquíssimos trabalhadores de uma única empresa e perdurou mais ou menos 30 minutos. É incontroverso que o movimento não chegou a ser coletivamente concertado, originou-se de reivindicações pontuais (suposta perseguição aos trabalhadores e falta de pagamento de horas extras), teve uma repercussão mínima e transcorreu sem transtorno ou violência, em apenas dois terminais de linhas nos bairros Vila Marinho e Augusto Montenegro, na cidade de Manaus. Nessa medida, realmente, não se pode enquadrar o movimento como greve. Convém observar que o Tribunal Regional, bem mais próximo da realidade fática que é discutida nos autos - ainda mais considerada a peculiaridade da prova, que consiste inclusive em depoimentos testemunhais -, tem melhor aptidão para a compreensão da controvérsia e, conseqüentemente, para a sua solução. Em situações como a dos autos, a conclusão do órgão de origem deve ser prestigiada. Nesse contexto, deve ser mantida a decisão recorrida, que entendeu inexistente a greve, e desprovido o recurso do Sindicato patronal.

Recurso ordinário desprovido.

2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSO ANTERIOR À LEI 13.467/2017.

Esta Seção Especializada manifesta o entendimento de que é indevida a condenação em honorários advocatícios em se tratando de dissídio coletivo, por não figurar o Sindicato como substituto processual. **Recurso ordinário provido, no aspecto.**



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário nº **TST-RO-386-09.2017.5.11.0000**, em que é Recorrente **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO AMAZONAS** e Recorrido **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS E URBANO COLETIVO DE MANAUS E NO AMAZONAS**.

Trata-se de Dissídio Coletivo de Greve ajuizado, no dia 28/8/2017, pelo SINETRAM - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas em face do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Manaus - STTRM, pleiteando a declaração de abusividade da greve, em relação à paralisação das atividades pelos empregados da Empresa Via Verde Transportes Coletivos LTDA., uma das concessionárias de transporte público da cidade de Manaus, no dia 3/8/2017, das 8h55 às 9h50, nos terminais de linhas nos bairros Vila Marinho e Augusto Montenegro, e o pagamento de multa e de honorários advocatícios (fls. 7/20). Não houve pedido liminar.

Defesa apresentada às fls. 250/130, na qual afirma o Sindicato que não há prova da alegada paralisação coletiva e, ainda, caso tivesse ocorrido a greve, que tenha sido organizada pelo Sindicato obreiro. Requer que o processo seja extinto, sem resolução do mérito ou que se declare a improcedência dos pedidos formulados pelo Sindicato patronal. Pugna pela condenação do Sindicato Suscitante em honorários advocatícios (fls. 120-130).

Ata da Audiência de Conciliação e Instrução, com depoimento de testemunhas arroladas pelas Partes Coletivas (fls. 173/175).

Alegações finais do Sindicato Patronal nas quais sustenta a ocorrência da greve e sua promoção pelo Sindicato Suscitado, sem o cumprimento dos requisitos estabelecidos na lei de greve para a deflagração do movimento (fls. 177/180).

O Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional da 11ª Região, opinou pela improcedência do presente dissídio, porque não demonstrada a participação do Sindicato obreiro na paralisação realizada pelos trabalhadores da Empresa Via Verde, no dia 03/08/2018,



PROCESSO N° TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

com o objetivo de reivindicar melhores condições de trabalho (fls. 183-187).

O TRT da 11ª Região, no acórdão às fls. 189/197, rejeitou as preliminares arguidas pelo Sindicato Suscitado e, no mérito, julgou improcedente a presente ação, condenando o Sindicato Suscitante ao pagamento de honorários advocatícios.

Após embargos de declaração opostos pelo Sindicato Suscitante, o TRT conheceu dos embargos, negando-lhes provimento (fls. 218-221).

O SINETRAM - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas interpôs recurso ordinário (fls. 235-251).

Decisão de admissibilidade à fl. 257.

O Sindicato Suscitado apresentou contrarrazões ao recurso ordinário (fls. 260-269).

O Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral, opinou pelo conhecimento e provimento parcial do recurso ordinário apenas para excluir da decisão a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais (fls. 275-277).

PROCESSO ANTERIOR À LEI 13.467/2017.

PROCESSO ELETRÔNICO.

É o relatório.

V O T O

I - CONHECIMENTO

O recurso ordinário é tempestivo, a representação encontra-se regular e estão preenchidos os demais pressupostos genéricos de admissibilidade do apelo.

CONHEÇO.



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

II - MÉRITO

1. MOVIMENTO CONDUZIDO POR PEQUENO GRUPO DE TRABALHADORES NO AMBIENTE DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO SIGNIFICATIVA DO ATO. MERO PROTESTO. NÃO ENQUADRAMENTO COMO EFETIVA GREVE

O TRT julgou a ação improcedente, adotando os seguintes fundamentos:

“No mérito, pugna o suscitante pela declaração de abusividade do movimento ocorrido no dia 3 de agosto de 2017, das 8h55 às 9h40, na empresa VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, bem como a condenação do suscitado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa.

Vejamos.

Na exordial, o suscitado aduziu que a paralisação ocorrida no dia 3 de agosto de 2017, das **8h55 até as 9h40** (cinquenta e cinco minutos), não observou os requisitos exigidos pela Lei nº 7.783/1989, em especial, a comunicação prévia à população e o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, conforme se depreende das provas documentais, mídia digital (DVD) e testemunhais ouvidas nos autos. Aduz que tal paralisação foi provocada por lideranças sindicais obreiras que obstaculizaram o labor dos motoristas e cobradores.

Em sua peça de defesa, o suscitado alegou não houve greve e que o sindicato autor não fez prova da efetiva paralisação coletiva alegada. Ressaltou inexistirem documentos dando conta de excessos dos trabalhadores da categoria, do sindicato ou de seus dirigentes, de modo a comprovar a abusividade do movimento paredista anunciado. Impugnou as provas apresentadas, as quais alega, inclusive, que não comprovam qualquer participação dos diretores sindicais na suposta paralisação. Impugnou o pedido de honorários advocatícios sucumbenciais.

Quanto à mídia juntada pelo suscitante sob o ID. 6edc058, o suscitado manifestou-se neste sentido, conforme razões de ID. 27ad980:



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

"Ocorre que estes não ostentam validade alguma, consubstanciando-se em prova unilateral.

Inclusive, não há qualquer prova de que os vídeos sejam realmente do dia da suposta paralisação que é objeto do presente Dissídio Coletivo de Greve.

Evidente que o SINETRAM peca no fornecimento de informações indispensáveis para a consideração da prova.

Portanto, impugna-se o vídeo constante no CD de Mídia Digital.

Entretanto, passando para a análise de mérito, os vídeos juntados pelo Sindicato patronal não tem o condão de comprovar qualquer das suas pretensões.

Nos arquivos de vídeos não há nada de anormal que possa evidenciar a deflagração de uma greve na garagem da empresa Via Verde, e muito menos, a participação do sindicato obreiro nesta.

Passemos à análise da mídia digital:

VÍDEO 1

A mídia em questão relata a reportagem da rádio A Crítica, em que afirma que a paralisação **durou 30 (trinta) minutos** em dois terminais da zona oeste de Manaus.

VÍDEO 2

Vídeo do programa Alô Amazonas, as informações que constam sobre a paralisação foram dadas pelo SINETRAM.

Inclusive, afirma que o STTRM se pronunciou quanto à paralisação, afirmando que quando soube da mesma entrou em contato com os dirigentes da empresa para que houvesse negociação.

De resto, o que se vê é a opinião do jornalista.

VÍDEO 3

A mídia em questão relata a reportagem da TV Tiradentes, em que há uma paralisação, a partir das 09h30min e que esta foi orquestrada pelo SINDICATO ESPECIAL.

Afirma que as informações foram concedidas pelo SINETRAM.

Dita que o movimento **durou 30 (trinta) minutos**.

Além do mais, restou-se comprovado, através das próprias mídias, que o que aconteceu foram manifestações por parte de alguns trabalhadores, que estavam inconformados com as suas atuais condições de trabalho, não sendo esta prática proibida, pois é um direito do trabalhador reivindicar e cobrar de seus empregadores melhores condições de trabalho.

Ora, o direito à manifestação é previsto constitucionalmente no art. 4, IV da CF/88, sendo apenas vedado o anonimato, exceção esta que não se faz presente, pois os trabalhadores estão sempre visados publicamente.



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

De mais a mais, o direito de greve pertence aos trabalhadores individualmente considerados, que elegem o momento e a forma de exercê-lo.

Portanto, repisa-se, não há qualquer indício de paralisação orquestrada pelo STTRM.

Posto isso, conclui-se pela total imprestabilidade das provas juntadas."

Pois bem.

Nos termos dos artigos 818 da Consolidação das Leis do Trabalho e 373, inciso I, do Código de Processo Civil, ao autor cabe fazer prova das alegações que fizer, no sentido de buscar auxiliar a formação do convencimento do julgador acerca das matérias trazidas à sua apreciação.

In casu, após compulsar este feito, constato que o suscitante não se desincumbiu do seu ônus, qual seja, de comprovar a efetiva paralisação dos trabalhadores rodoviários alegadamente ocorrida no 3 de agosto 2017.

A mídia por si acostada aos autos, com as possíveis filmagens do dia e horário da suposta paralisação, por ter sido objeto de impugnação por parte do suscitado, conforme manifestação de ID. b37d749, não tem força probante suficiente para ratificar a tese autoral, nos termos do artigo 422, caput, do Código de Processo Civil, in verbis:

"Art. 422. Qualquer reprodução mecânica, como a fotográfica, a cinematográfica, a fonográfica ou de outra espécie, tem aptidão para fazer prova dos fatos ou das coisas representadas, **se a sua conformidade com o documento original não for impugnada por aquele contra quem foi produzida**" - negritei.

Logo, **ao ter sido impugnada a autenticidade da referida mídia pelo réu, caberia ao sindicato patronal comprovar a sua veracidade, a teor do artigo 429, inciso II, do Código de Processo Civil ("Incumbe o ônus da prova quando: II - se tratar de impugnação da autenticidade, à parte que produziu o documento"), o que não o fez, motivo pelo qual não se tem como atribuir-lhe valor probatório algum, nos termos do artigo 371 do CPC.**

A prova testemunhal produzida nos autos pelo suscitante, por sua vez, mostrou-se frágil.

Sua primeira testemunha, senhor GEIRTON CELIO DE CASTRO (ID. e896052), **declarou que houve apenas uma pequena paralisação em razão da insatisfação dos empregados da empresa Via Verde**, decorrente



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

de suposta perseguição aos trabalhadores e falta de pagamento de horas extras. Declarou, ainda, que, como ingressou recentemente como empregado no sistema de transporte coletivo, não conhece os dirigentes sindicais pelo nome. Ressaltou, por fim, *"que outros operadores falaram que o Aurélio e Ariosto eram dirigentes sindicais (...) que nunca teve barreiras físicas impedindo a saída dos ônibus dos terminais; que os motoristas decidem não sair com o veículo; que nunca presenciou um ou mais trabalhadores tratarem diretamente com a empresa sobre problemas relacionados ao serviço; que nunca tomou conhecimento prévio de paralisação ou greve dos rodoviários, exceto no mês de maio passado, quando estava em gozo de férias, soube pelos noticiários a respeito de uma paralisação"*.

A segunda testemunha ouvida a rogo do suscitante, senhora SUELLEN VASCONCELOS AMARAL, informou:

*"(...) **houve uma paralisação de motoristas e cobradores, com a duração de 30 a 40 minutos**; que não sabe informar o motivo dessa paralisação; que não sabe informar sobre quem determinou a paralisação, pois não conhece aquela pessoa; que o retorno à normalidade do serviço foi determinado por uma pessoa de nome Aurélio, que a depoente soube através de outra pessoa, a respeito do nome Aurélio; que, todos os ônibus que circulavam naquele terminal, pertenciam à empresa Via Verde; que lá circulavam de 30 a 40 veículos; **que cerca de 10 ônibus ficaram parados no terminal** durante os citados 30 ou 40 minutos que não havia qualquer obstrução física para a saída dos veículos dos terminais; que nunca presenciou qualquer tentativa de negociação pelos trabalhadores diretamente com a empresa Via Verde sem a junção do sindicato dos rodoviários; que não há qualquer aviso prévio para a paralisação dos trabalhadores, como descrito anteriormente."*

O depoimento da única testemunha arrolada pelo suscitado, senhor SALOMÃO RAMIRES, por outro lado, **foi categórico no sentido de que o movimento foi oriundo dos próprios motoristas e cobradores por conta de reivindicação de melhorias no trabalho**; que o sindicato dos rodoviários somente é chamado para solucionar questões e que Ariosto e Aurélio são empregados da empresa Via Verde, mas que trabalham na secretaria do sindicato suscitado.

Ressalto, ademais, **diante dos aspectos que exsurgem dos autos, que não se pode caracterizar o movimento realizado em 3 de agosto como**



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

ato de greve, mas apenas de uma manifestação isolada e, sendo assim, não pode ser avaliado sob a ótica da Lei de Greve.

Assim, não se desincumbindo o autor do seu respectivo ônus, há de ter contra si um julgamento desfavorável, razão pela qual julgo improcedente esta ação.” – grifos acrescidos

No recurso ordinário, o SINETRAM – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas alega que a greve, deflagrada no dia 03/07/2017, das 8h55 às 9h50, no sistema de transporte coletivo, especificamente nos terminais de ônibus Vila Marinho e Augusto Montenegro, é fato público e notório, conforme as matérias jornalísticas e as provas testemunhais constantes dos autos.

Afirma que houve suspensão coletiva, temporária, pacífica e parcial da prestação de serviços, de modo que não se trata de “manifestação isolada”, conforme compreendeu o TRT, e, sim, de greve liderada pelos dirigentes sindicais do Sindicato Suscitado.

Requer que seja declarada a abusividade do movimento paredista, porque descumpridos os requisitos insertos na Lei de Greve (notificação prévia no prazo mínimo de 72h; tentativa de negociação prévia; e aprovação da greve em assembleia).

À análise.

Inicialmente, registre-se que o Sindicato Suscitante não impugnou o fundamento adotado pelo Tribunal Regional concernente à ausência da força probante da mídia (DVD), por ele colacionada nos autos, com as alegadas filmagens de dia e horário da suposta greve e de participação do sindicato obreiro (arts. 371, 422, *caput*, e 429, II, do CPC). Desse modo, a aptidão desse documento para fazer prova dos fatos alegados não será analisada.

Ultrapassada essa questão, passa-se à análise da matéria.

Greve, segundo o texto da Lei n. 7.783, de 1989, é a “suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador” (art. 2º).

Pode-se definir também a figura, à luz da amplitude a ela conferida pela Constituição do Brasil (art. 9º) e em vista da prática



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

histórica do Direito do Trabalho, de modo mais abrangente. Seria a paralisação coletiva provisória, parcial ou total, das atividades dos trabalhadores em face de seus empregadores ou tomadores de serviços, com o objetivo de lhes exercer pressão, visando à defesa ou conquista de interesses coletivos, ou com objetivos sociais mais amplos.

Com efeito, a figura paredista tem traços característicos destacados. Trata-se, essencialmente, do caráter coletivo do movimento; da sustação provisória de atividades laborativas, total ou parcial, como núcleo desse movimento, embora, às vezes, associada a atos positivos concertados; do exercício direto de coerção, que representa; dos objetivos profissionais ou extraprofissionais a que serve; do enquadramento variável de seu prazo de duração (regra geral, suspensão contratual, podendo, entretanto, convolar-se em interrupção).

A correta definição do conceito de greve é importante para o enquadramento de situações concretas, de modo a lhes atribuir os efeitos jurídicos pertinentes, sejam as prerrogativas e proteções que os trabalhadores e empregadores recebem do Direito, sejam os seus respectivos deveres.

Nada obstante, há figuras próximas ou associadas à greve, que, ainda que consistam atos de resistência ou protesto em face da insatisfação com condições ou questões relacionadas ao contrato de trabalho, não traduzem efetivo movimento grevista. Assim, certos movimentos de pressão de trabalhadores, por não representarem efetiva ruptura do processo produtivo da atividade econômica, ou por não causarem repercussão significativa na comunidade laboral, não podem ser qualificados como greve - sob pena de banalização do instituto e da própria instrumentalização judicial pertinente (o dissídio de greve e as ferramentas processuais inerentes).

Exemplos dessas situações são a "operação tartaruga e/ou excesso de zelo" e as "reuniões setoriais" no ambiente de trabalho, utilizadas como forma de pressão para reivindicação imediata ou ameaça para futuro movimento mais amplo, bem como alerta ao empregador em contextos de descumprimentos pontuais de obrigações patronais, sem consequências diretas graves.



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

Na situação vertente, trata-se de dissídio coletivo de greve ajuizado pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas para análise de movimento conduzido por um grupo de empregados da Empresa Via Verde Transportes Coletivos LTDA., uma das concessionárias de transporte público da cidade de Manaus, que supostamente causou uma pequena paralisação parcial das atividades empresariais, especificamente nos terminais situados nos bairros de Vila Marinho e Augusto Montenegro, no dia 03/08/2017.

O Sindicato Obreiro argumentou, em defesa, que *"não há qualquer prova no sentido de que a paralisação tenha sido orquestrada pelo sindicato obreiro"* e que o evento não pode ser considerado um *"movimento paredista análogo à greve"*. Alegou, ainda, a ausência de provas no tocante à existência de efetiva greve (fls. 128-129).

O Ministério Público do Trabalho da 11ª Região, em Parecer às fls. 183-187, registrou que, após a análise das provas dos autos, *"não ficou demonstrada a participação do sindicato obreiro na paralisação ocorrida no dia 03/08/2017"* e, ainda, que ficou constatado que *"se trata de pequena paralisação ocorrida em razão da insatisfação dos funcionários da empresa Via Verde decorrente de suposta perseguição aos trabalhadores e falta de pagamento de horas extras"*.

O Tribunal Regional admitiu o dissídio coletivo de greve e, no mérito, julgou improcedente a presente ação, registrando que o Sindicato Suscitante não se desincumbiu do ônus *"de comprovar que a alegada paralisação dos trabalhadores, ocorrida no dia 3 de agosto de 2017, possa ser caracterizada como ato de greve"* e, ainda, que essa inatividade de trabalhadores foi *"apenas (...) uma manifestação isolada"* e, por essa razão, *"não pode ser avaliada sob a ótica da Lei de Greve"*.

Os depoimentos das testemunhas constantes na ata de audiência às fls. 173-175 e parcialmente transcritos no acórdão do Tribunal Regional - testemunhas essas arroladas tanto pelo Sindicato Suscitante quanto pelo Sindicato Obreiro - afirmaram a existência de paralisação de trabalhadores na Empresa Via Verde.

Após a análise do material probatório juntado aos autos, verifica-se que, de fato, não se pode qualificar o referido movimento como efetiva greve.

A esse respeito, nota-se que o evento em análise ocorreu de maneira espontânea e imprevista, dele participaram



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

pouquíssimos trabalhadores de uma única empresa e perdurou mais ou menos 30 minutos. É incontroverso que o movimento não chegou a ser coletivamente concertado, originou-se de reivindicações pontuais (suposta perseguição aos trabalhadores e falta de pagamento de horas extras), teve uma repercussão mínima e transcorreu sem transtorno ou violência, em apenas dois terminais de linhas nos bairros Vila Marinho e Augusto Montenegro, na cidade de Manaus.

Nessa medida, realmente, não se pode enquadrar o movimento como greve.

Convém observar que o Tribunal Regional, bem mais próximo da realidade fática que é discutida nos autos - ainda mais considerada a peculiaridade da prova, que consiste inclusive em depoimentos testemunhais -, tem melhor aptidão para a compreensão da controvérsia e, conseqüentemente, para a sua solução. Em situações como a dos autos, a conclusão do órgão de origem deve ser prestigiada.

Nesse contexto, deve ser mantida a decisão recorrida, que entendeu inexistente a greve, e desprovido o recurso do Sindicato patronal.

Ante o exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao recurso ordinário.

2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSO ANTERIOR À LEI 13.467/2017.

O TRT condenou o Sindicato Suscitante ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 20% sobre o valor da causa. Neste particular, decidiu o TRT, em sede de embargos de declaração:

“Alega o embargante, em síntese, que, para efeito do arbitramento dos honorários sucumbenciais, não foi observado o disposto no 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho, introduzido pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que regulou a matéria e fixou-os entre 5% (cinco por cento) e 15% (quinze por cento) do valor da causa.

Ressalto, de início, que os embargos de declaração têm por objetivo sanar vício existente na decisão, tendo em vista o aprimoramento do julgado e, portanto, não se destinam à rediscussão ou a impugnação da fundamentação nele existente.



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

Na espécie, verifico que a ação foi ajuizada em 28 de agosto de 2017, portanto, antes da entrada em vigor da reforma trabalhista, instituída pela Lei nº 13.467/2017, que passou a vigor apenas em 11 de novembro de 2017. Nesse sentido, inaplicáveis a estes autos as novas disposições relativas a honorários de sucumbência, em homenagem aos princípios da causalidade e da não surpresa.

Neste sentido, o disposto no do art. 6º da Instrução caput Normativa nº 41/2018 do C. Tribunal Superior do Trabalho, aprovada pela Resolução nº 221, de 21 de junho de 2018, in verbis: "Art. 6º Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nos 219 e 329 do TST." - negritei.

Assim, indene de dúvidas que a decisão proferida pela Turma julgadora, além de se encontrar devidamente fundamentada, resolveu, de forma lógica e coesa, as questão posta em Juízo, pois, como restou consignado, para o arbitramento do percentual, foi considerado o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, nos exatos termos do item V da Súmula nº 219 do TST e do inciso IV do §2º do artigo 85 do CPC, não se prestando os embargos de declaração para manifestação de mero inconformismo da parte contra o decidido.

Não configuradas, portanto, quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho e 1.022 do Código de Processo Civil, revelam-se incabíveis os embargos declaratórios, posto que inexistentes os pressupostos legais de sua interposição." (fls. 219-220)

O Sindicato Suscitante insurge-se contra a condenação em honorários advocatícios.

Com razão.

Inicialmente, ressalte-se que a presente ação coletiva foi instaurada antes da vigência da Lei nº 13.467/17.

Esta Seção Especializada manifesta o entendimento de que é indevida a condenação em honorários advocatícios em se tratando de dissídio coletivo, por não figurar o Sindicato como substituto processual.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

"[...]. B) RECURSO ORDINÁRIO EM DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA JURÍDICA DE COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG E OUTRAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE ELEVAÇÃO DO VALOR



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

FIXADO PELO TRT. Esta Seção Especializada manifesta o entendimento de que é indevida a condenação em honorários advocatícios em se tratando de dissídio coletivo, por não figurar o Sindicato como substituto processual. Nesse contexto, torna-se inviável a majoração do valor fixado pelo Tribunal de origem relativo à verba honorária. Em verdade, o provimento jurisdicional pertinente seria a exclusão da condenação fixada pelo Tribunal de origem. Contudo, por se tratar de recurso ordinário do beneficiário da condenação, mantém-se a decisão recorrida, em respeito ao princípio da proibição da reforma em prejuízo daquele que recorre. Recurso ordinário desprovido" (RO-10817-61.2016.5.03.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 26/03/2019).

"RECURSO ORDINÁRIO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES TERRESTRES DE PASSAGEIROS URBANOS, INTERESTADUAIS, ESPECIAIS, ESCOLARES, TURISMO E DE TRANSPORTES DE CARGA DO DISTRITO FEDERAL. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. PROCESSO ANTERIOR À LEI 13.467/2017 . (...). 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS . Esta Seção Especializada manifesta o entendimento de que é indevida a condenação em honorários advocatícios em se tratando de dissídio coletivo, por não figurar o Sindicato como substituto processual. Recurso ordinário provido, no aspecto " (RO-220-72.2015.5.10.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 18/06/2018).

"RECURSO ORDINÁRIO EN DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. GREVE CONTRA AS REFORMAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA (28/04/2017). NÃO ATENDIMENTOS AOS REQUISITOS DE QUE DISPÕE A LEI Nº 7.783/1989. ABUSIVIDADE DA GREVE. [...]. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. A ação coletiva, em exame, foi ajuizada antes da vigência da Lei nº 13.467/17. De acordo com a jurisprudência desta Corte são devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego (Enunciado 219, III, do TST). Ocorre que, no dissídio coletivo, não há substituição processual, o sindicato atua por representação legal em nome da categoria e na defesa dos seus interesses. Nessa circunstância, o sindicato não atua em nome próprio na defesa do interesse alheio. Logo não se enquadra na hipótese de que trata a Súmula nº 219, III, do TST e, portanto, não são devidos os honorários advocatícios. Recurso ordinário a que se dá provimento parcial para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios" (RO-130-66.2017.5.11.0000, Seção Especializada em



PROCESSO Nº TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

Dissídios Coletivos, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 19/09/2019).

"DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. RECURSO ORDINÁRIO. [...]. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS . Prevalece nesta Corte o entendimento de que no contexto do dissídio coletivo não cabe condenação em honorários advocatícios para nenhuma das partes (suscitante e suscitados). Dá-se provimento ao recurso ordinário para excluir da decisão a condenação ao pagamento de honorários advocatícios" (RO-291-76.2017.5.11.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 18/06/2019).

RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA. APELO INTERPOSTO PELO SINDICATO PATRONAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Prevalece nesta Corte Superior o entendimento segundo o qual é indevida a condenação em honorários advocatícios em se tratando de dissídio coletivo, por não figurar o Sindicato como substituto processual. Recurso Ordinário provido. (...). (RO - 11220-30.2016.5.03.0000 , Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 14/05/2018, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: DEJT 18/05/2018).

RECURSO ORDINÁRIO EM DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. (...). 3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. A atual jurisprudência desta Seção Especializada é a de que, nas ações coletivas, o Sindicato não atua na qualidade de substituto processual, mas como representante da categoria, dotado de legitimação ordinária para defender os interesses gerais do grupo representado. Nesse contexto, é incabível, em dissídio coletivo, seja de natureza jurídica, econômica ou de greve, a condenação a honorários advocatícios. Nega-se provimento ao recurso, no tópico. (RO - 606-88.2017.5.08.0000 , Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 12/03/2018, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: DEJT 16/03/2018).

Pelo exposto, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso ordinário, no aspecto, para afastar a condenação do Sindicato Suscitante ao pagamento de honorários advocatícios.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, à unanimidade,



PROCESSO N° TST-RO-386-09.2017.5.11.0000

conhecer do recurso ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas ao pagamento de honorários advocatícios.

Brasília, 09 de março de 2020.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MAURICIO GODINHO DELGADO

Ministro Relator

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/validador> sob código 1003993D42B0C107AA.